

REVISTA REDAÇÃO	40
PROFESSOR: Lucas Rocha	
DISCIPLINA: Redação	DATA: 20/10/2013

A geração que vai mudar o mundo (RODRIGO CARDOSO, MARIANA BRUGGER e ANDRES VERA)



Pesquisa realizada em 27 países revela que os jovens de hoje apostam no poder da tecnologia, acreditam que podem fazer a diferença e são muito otimistas. Saiba como eles estão transformando a maneira de se relacionar, trabalhar, fazer política e negócios.

Aos 23 anos, a paulista Lala Rudge é referência para adolescentes e garotas na sua idade com dicas de moda, beleza e life style pela internet. Ela começou a postar fotos de si própria no Instagram e em um blog há três anos. Hoje, é seguida por quase 400 mil pessoas na rede social de fotos e seu diário virtual recebe 80 mil visitas diárias. O blog possui dez anunciantes e, para ter um banner estampado nele por um mês, a empresa interessada tem de desembolsar entre R\$ 5 mil e R\$ 30 mil. Com o sucesso, Lala abandonou a faculdade de direito e é disputada por grifes de moda para prestigiar eventos e desfiles.

ELES são otimistas, acreditam que podem fazer a diferença, têm espírito empreendedor e são ultraconectados. Também podem ser descritos como narcisistas, excessivamente confiantes e um tanto mimados. O retrato dos jovens nascidos entre os anos 1980 e 2000 depende do ângulo escolhido e da lente utilizada. Mas a juventude de hoje, que cresceu embalada pela maior revolução tecnológica dos últimos tempos, a internet, vem transformando o seu tempo com uma eloquência que não se via desde os anos 1960 e 1970, quando a garotada fez barulho pela liberdade sexual e contra os regimes ditatoriais e as guerras.

Educados sob o lema "yes, you can" (sim, você pode), interligados pela rede mundial onde compartilham ideais e ambições, eles estão mudando a forma de se relacionar, trabalhar, fazer política e negócios.

Uma pesquisa feita em 27 países, inclusive o Brasil, com 12 mil jovens de 18 a 30 anos traçou o perfil da Geração Milênio. Salta aos olhos a crença

no poder da tecnologia (leia quadro), capaz, na visão deles, de transpor barreiras de linguagem, de facilitar a conquista de um novo emprego e até de reduzir as diferenças sociais. Na enquete, intitulada Telefônica Global Millennial Survey, encomendada pela multinacional de telecomunicações espanhola, os brasileiros se destacam pelo otimismo: 81% acreditam que os melhores dias do País estão por vir, contra 67% da juventude no mundo, e 87% esperam ter dinheiro o suficiente para se aposentar de forma confortável – a média mundial ficou em 61%. Também vale ressaltar que 80% dos nossos jovens creem que podem se destacar na sua comunidade (no mundo o percentual ficou em 62%) e apostam no empreendedorismo.

Para 47% dos brasileiros entrevistados, ser dono do próprio negócio é muito importante, contra 22% na média geral. "Essa geração quer mudar o mundo como o Mark Zuckerberg, do Facebook, criando algo grande e ganhando muito dinheiro", resume a psicóloga Maria Célia Lassance, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O engajamento que move a geração

A estudante catarinense Isadora Faber, 14 anos, ganhou notoriedade ao criar a fanpage Diário de Classe, no Facebook, na qual mostra como funciona uma escola pública na visão do aluno. Seus posts ecoaram pelo País e a colocaram no centro das atenções. Hoje, é referência para empresários, educadores e gestores públicos que frequentam suas palestras pelo País. No mês passado, ela lançou o site de sua ONG, que, entre outras propostas, servirá de canal de denúncias sobre a situação de escolas de todo o Brasil.



A estudante de moda Jordana França é um exemplo do jovem empreendedor. Aos 22 anos, nunca pensou em ter patrão. Recém-chegada de um intercâmbio na Itália, ela acaba de inaugurar, com o apoio financeiro da família, seu primeiro empreendimento, a loja de roupas de ginástica Move Fitwear. “Preciso ser um sucesso. E rápido”, diz.

Jordana toca o negócio que fatura cerca de R\$ 30 mil por mês, mas também gosta de fazer as vezes de modelo e posta fotos de si própria no Instagram da loja. Os planos para o futuro já estão delineados: “Em seis meses quero abrir outra unidade, lançar minha coleção de peças e vendê-las pela internet”.

“Há um desejo muito grande de se arriscar longe do caminho convencional traçado dentro de uma empresa”, diz Marcela Butazzi, consultora da MB Coaching especializada em carreira para jovens. Em seu escritório, Marcela ouve queixas diante da promoção rápida que não veio ou do salário que não cresceu exponencialmente. “Antigamente, o sujeito primeiro acumulava experiência no mercado. Hoje, ele quer experiência e reconhecimento simultâneos”, explica. Em 2012, uma pesquisa da agência de recrutamento Cia de Talentos sondou 40 mil jovens em todo o País. O sonho de 56% dos entrevistados era não ter patrão e metade revelou a intenção de montar uma empresa no prazo máximo de seis anos.

O desejo de tornar-se uma marca é outra característica desta geração. Jovem, bonita e bem-nascida, a paulista Lala Rudge, 23 anos, virou referência para adolescentes e garotas da sua idade ao dar dicas de moda, beleza e life style pela internet. Ela começou a postar fotos dela mesma no Instagram e em um blog há três anos. Hoje, seu diário virtual recebe 80 mil visitas diárias. Para ter um banner estampado nele por um mês, a empresa interessada tem de desembolsar entre R\$ 5 mil e R\$ 30 mil. Lala, que deixou a faculdade de direito para desbravar o mundo virtual, possui dez anunciantes.

Os convites recebidos constantemente para figurar na primeira fila de desfiles são um termômetro da sua influência. Grifes como Cris Barros, Mixer e Daslu, entre outras, fazem questão da presença dela em seus eventos.

A CARA DE CADA ÉPOCA

Geração Baby Boomer

- > Nasceu entre os anos 1940 e 1960
- > O saber vinha de uma única fonte, de um para todos, geralmente dos pais
- > No Brasil, tudo o que vinha de fora era considerado melhor. A autoestima era muito baixa
- > Fatos marcantes: homem na Lua, tevê, ditadura

Geração X

- > Nasceu entre os anos 1960 e 1980
- > É centrada e foca naquilo que quer e precisa
- > Cresceu em um mundo em crise
- > O ideal do trabalhador era se aposentar no mesmo emprego
- > Fatos marcantes: yuppies, diretas já, walkman

Geração Milênio

- > Nasceu entre os anos 1980 e 2000
- > Tem foco mais disperso e se preocupa com causas sociais
- > O avanço da tecnologia permite o compartilhamento de experiências, dá autonomia e gera riqueza
- > Fatos marcantes: internet, moeda estável, música eletrônica

FOTOS: MONTAGEM SOBRE FOTO DE KEVIN FERREIRAS/
LEO CALDAS MARÃO GORO FILHO (R) KYC/E

Mesmo gigantes do varejo, como a Riachuelo, estão de olho nas blogueiras fashion. No fim do ano, a marca irá lançar uma coleção assinada por dez personalidades da moda, entre elas duas blogueiras. "Elas são grandes formadoras de opinião", afirma Marcella Kanner, gerente de marketing da Riachuelo. "Temos um núcleo de mídias sociais que acompanham, entre outras coisas, blogs e sites dessa turma." Para Veranise Dubeux, da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro, pesquisadora desse público nas áreas social e de consumo, a juventude atual tem uma maneira peculiar de lidar com a pressão para se destacar e ainda ter qualidade de vida. "Ela compartilha isso usando a felicidade como meio de promoção, mostrando sempre coisas agradáveis nas redes sociais." É nessa passarela que Lala desfila. Seu Instagram é seguido por 396 mil pessoas. "Jovens como eu não querem trabalhar para os outros", diz ela, hoje dona de uma grife de lingerie localizada no badalado shopping Iguatemi, em São Paulo.

Hoje, é comum ver empresas oferecendo acompanhamento profissional a pessoas de 25 anos. "Os dilemas foram antecipados", explica a consultora Adriana Marques, da Sociedade Brasileira de Coaching. "Quanto mais possibilidades de carreiras, maior é a quantidade de dúvidas e menor o comprometimento com a companhia." Uma das marcas da Geração Milênio é não temer as novas experiências profissionais. Estatisticamente, eles tendem a permanecer em uma empresa por dois ou três anos, enquanto os Baby Boomers, seus pais, ficavam entre cinco e sete anos, de acordo com a pesquisadora americana Peg Streep, que irá lançar um livro sobre o tema em dezembro.



A vida sem patrão

A paulista Jordana França, 22 anos, nunca quis ter patrão. Mesmo sem terminar a faculdade de moda, já abriu seu primeiro empreendimento, a loja de roupas de ginástica Move Fitwear. Jordana toca o negócio que fatura cerca de R\$ 30 mil por mês, mas também gosta de fazer as vezes de modelo e posta fotos de si própria no Instagram da loja. Os planos para o futuro já estão delineados. Em seis meses, ela pretende abrir outra unidade, lançar sua coleção de peças e vendê-las pela internet.

Em nome da causa ambiental



O pernambucano Lucas Tiné, 21 anos, tornou-se ativista ambiental três anos atrás, durante a discussão do novo Código Florestal. Depois de alguns debates via internet, ele e o grupo que criou já foram às ruas do Recife fazer coleta de lixo e educar a população sobre a causa. Tiné está presente em várias mídias sociais e lança mão delas para difundir suas ideias. "Meu trabalho de formiguinha pode se transformar em um trabalho do formigueiro todo muito mais rápido."

Carreiras tradicionais em grandes empresas continuam atraindo os profissionais do futuro, mas a relação entre o jovem talento e o chefe experiente mudou drasticamente. Flexibilidade de horários, plano de carreira e maior acompanhamento profissional são fatores decisivos na hora de preencher vagas. Uma pesquisa da Amcham, a Câmara Americana de Comércio, ouviu 87 gestores de recursos humanos e mostrou que 34% deles já haviam criado algum plano específico para reter funcionários da Geração Milênio. Este mês, 8.185 brasileiros até 31 anos foram entrevistados pela Clave Consultoria de Recursos Humanos e o LAB SSJ, consultoria especializada em soluções de aprendizagem corporativa, que queriam entender o que esses profissionais procuram na hora de escolher uma empresa e o que os faz permanecer nela.

O estudo, intitulado "Atração e Retenção de Jovens", mostrou que os fatores mais importantes para a atração dessa mão de obra são a boa perspectiva na carreira futura (69,3%) e a possibilidade de desenvolver novas habilidades (60%). O que retém esses jovens são os desafios constantes e responsabilidades relevantes (39,1%) e a existência de um gestor que os apoie e lhes dê autonomia para realizar o trabalho (31,1%).

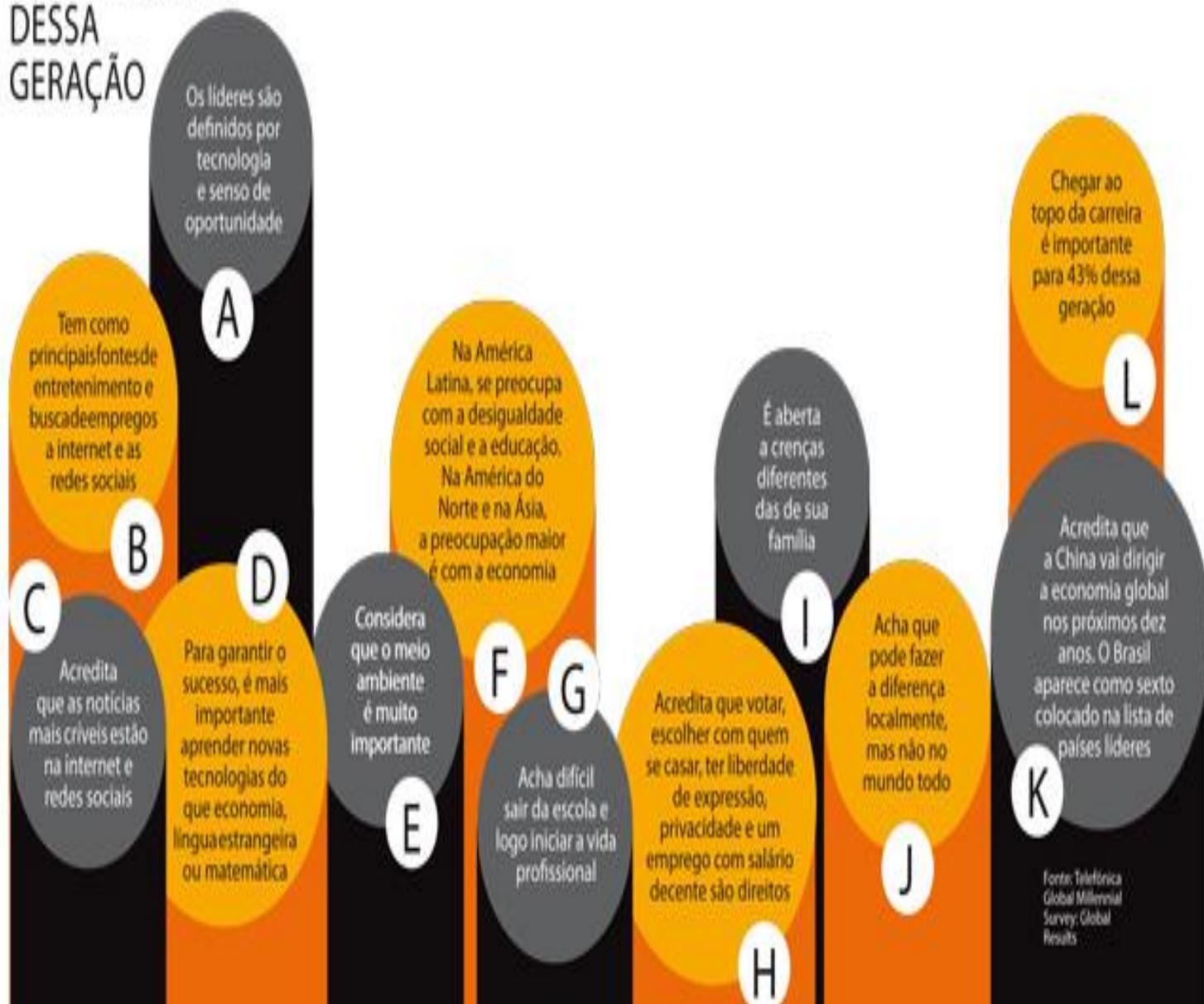


Sem medo de trocar de emprego

O engenheiro carioca Augusto Acioly, 29 anos, é um exemplo de como a Geração Milênio não teme se arriscar profissionalmente. Com quatro anos de formado, está no quarto emprego. Quase todas as oportunidades de trabalho surgiram via LinkedIn, a rede social profissional. Há três meses, conseguiu realizar o sonho de viver no Exterior e foi morar em Milão, na Itália. Antes, passou dois anos em uma empresa e saiu para ganhar três vezes mais, mas passou apenas oito meses no trabalho. "Saí porque o chefe não enxergava que poderíamos crescer juntos, como alguém que pode agregar", diz.

O engenheiro carioca Augusto Acioly, 29 anos, formado há quatro, está em seu quarto emprego. Há três meses, conseguiu realizar o sonho de viver no Exterior e foi morar em Milão, na Itália. Funcionário da multinacional francesa Anotech Energy, ele presta consultoria a uma gigante italiana do ramo petrolífero. Antes, trocou três vezes de patrão. Ficou seis meses no primeiro emprego, depois passou dois anos em uma empresa de onde saiu para ganhar três vezes mais. A experiência, porém, durou apenas oito meses. "Saí porque o chefe não enxergava que poderíamos crescer juntos, como alguém que pode agregar. Quando vi que não teria espaço para crescer, procurei outro lugar", diz. "Uma das mudanças possibilitou que eu adquirisse experiência em gerenciamento, pois sempre havia atuado na parte técnica da profissão." Como não poderia deixar de ser, quase todas as oportunidades de trabalho de Acioly surgiram via LinkedIn, a rede social profissional.

CARACTERÍSTICAS DESSA GERAÇÃO



Na pesquisa da Telefónica, temas como educação e desigualdade social também estão em alta na cartilha de interesses da Geração Milênio brasileira. Esses dois fatores foram citados como os que mais afetam o País e receberam 24% dos votos, seguido de saúde, com 17%. Não surpreende, então, que nas manifestações de junho – todas coordenadas pelas redes sociais – as principais bandeiras fossem melhorias no ensino, na saúde e no transporte. Muito antes dos protestos, a estudante catarinense Isadora Faber, 14 anos, já denunciava a precariedade do sistema educacional público do País. No ano passado, ela ganhou notoriedade ao criar a fanpage Diário de Classe, no Facebook, na qual mostrava como funciona uma escola pública na visão de quem a frequenta. Seus posts ecoaram pelo País e a colocaram no centro das atenções. “Se não fosse a internet talvez eu não tivesse feito nada”, diz ela. Com a repercussão, a casa da adolescente foi apedrejada e ela recebeu uma ameaça de morte.

Isadora, porém, seguiu em frente e, hoje, é referência para empresários, educadores e gestores públicos que frequentam as palestras dela pelo País. No mês passado, a estudante catarinense lançou o site de sua ONG que, entre outras propostas, servirá de canal de denúncias sobre a situação de escolas de todo o Brasil. A postura de Isadora está alinhada com o pensamento de 54% dos brasileiros ouvidos na pesquisa da Telefónica, para quem melhorar o acesso e a qualidade da educação é uma maneira de fazer a diferença no mundo. “A maioria dos jovens de hoje quer resolver questões sociais que, eles acreditam, foram deixadas pelas gerações anteriores”, afirma o sociólogo Ronald E. Riggio, professor de liderança e psicologia organizacional da Claremont McKenna College, na Califórnia.

O OTIMISMO DOS JOVENS BRASILEIROS

No Brasil, a Geração Milênio é mais ligada em tecnologia e mais esperançosa quanto ao futuro do que a média global e a da América Latina



PERGUNTA PARA O JOVEM DA GERAÇÃO MILÊNIO	MUNDO	AMÉRICA LATINA	BRASIL
Tecnologia facilita transpor barreiras de linguagem	87%	91%	92%
Tecnologia tornou mais fácil conseguir emprego	83%	85%	85%
Tecnologia diminui diferenças sociais	38%	53%	57%
Estudar tecnologia é a chave para o sucesso	36%	34%	37%
Acha difícil sair da escola e entrar no mercado de trabalho	63%	61%	52%
Importância da preocupação com o meio ambiente	53%	70%	70%
Os melhores dias do seu país ainda estão por vir	67%	78%	81%
Espera ter dinheiro suficiente para se aposentar de forma confortável	61%	81%	87%
Pode fazer a diferença na sua comunidade	62%	82%	80%
Pode fazer a diferença mundialmente	40%	62%	58%
Oportunidade de tornar-se empreendedor	68%	69%	75%
Percentual de líderes em relação aos demais jovens da Geração Milênio	11%	20%	18%

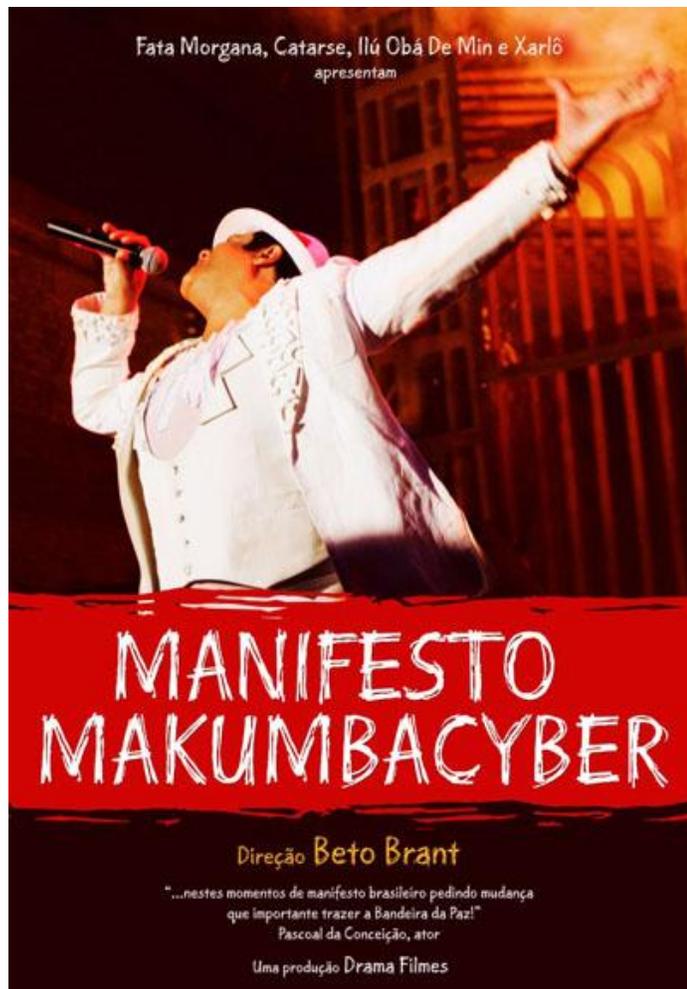
Fonte: Telefónica Global Millennial Survey

Da mesma forma, a questão ambiental tem um apelo inédito para a juventude. Proteger o meio ambiente é citado por 45% dos brasileiros como a maneira de fazer a diferença mundialmente e 70% acreditam que a questão da mudança climática é muito urgente. O pernambucano Lucas Tiné, 21 anos, tornou-se ativista ambiental três anos atrás, em meio à discussão da votação do novo Código Florestal. Depois de alguns debates via internet, ele e o grupo que criou decidiram ir às ruas do Recife fazer coleta de lixo e educar a população sobre a causa. "Percebi uma destruição do meio ambiente gigantesco em minha cidade", diz ele, que chegou a cursar jornalismo, mas hoje é flautista. Tiné está presente em várias mídias sociais e lança mão delas para difundir suas ideias. "As redes são a maior porta para o debate porque dão o maior e mais rápido feedback atualmente", acredita. "Meu trabalho de formiguinha pode se converter em um trabalho do formigueiro todo muito mais rápido." É com essa crença que eles constroem a própria história e transformam o mundo.

foto: Rafael Hupsel)/ag istoé; fotos: montagem sobre foto de kelsen fernandes; Leo Caldas; Masao Goto Filho /ag. Isto É; Fonte: Telefónica Global Millennial Survey: Global Results

RODRIGO CARDOSO, MARIANA BRUGGER e ANDRES VERA são Jornalistas e escrevem para esta publicação. **Revista ISTO É, Outubro de 2013.**

Manifesto Makumbacyber (MÁRCIA TIBURI)



MANIFESTO Makumbacyber é um manifesto ao infinito. Obra de arte e obra da vida, ele foi criado por Xarlô, o artista incomum que habita o espaço da rara e sincera criação artística em nossa cultura. Ruidocrático, autiditivo-poderoso, seu objetivo é acordar tudo e todos com um grito amoroso e curativo de alegria.

Beto Brant fez um filme de 12 minutos na intenção de registrá-lo. O filme leva o nome do Manifesto Makumbacyber cujo caráter mágico é inegável. Quem o ouve é tocado por uma sorte de alegria sagrada. Mágico, não mítico, o Manifesto pode ser lido, mas é dito e cantado por Xarlô e seus companheiros. É uma oração em que o arcaico e o moderno encontram-se finalmente como curativo de feridas históricas e culturais, que têm sangrado nosso corpo e alma. O filme dirigido por Brant não é sobre o Makumbacyber. Ele é, desde seu mesmo nome, parte do Manifesto. E, como tal, é político. Mas político enquanto sagrado. Sagrado em nome do melhor afeto que leva à melhor política. O hino de louvor à alegria sagrada celebrada contra a avareza política que devora nossa sociedade. O filme é como o Manifesto estende e amplifica seu barulho sagrado, servindo-lhe de autofalante.

Do mesmo modo que o filme é parte do Manifesto Makumbacyber, gostaria que este texto, à maneira da filosofia selvagem que tanto prezo, fosse também sua extensão, sua continuação e voz auxiliar. O Manifesto Makumbacyber diz-se remédio afetivo – e espiritual-intelectual – desde que estamos doentes de contato, doentes em nossas relações com o mundo, com a sociedade, com o outro. A doença de cada um consigo mesmo.

A doença do contato nos deforma em robôs frios, tornando-nos secos e duros, obrigando-nos a inconscientes gestos repetitivos, que nos levam a viver crentes no mais do mesmo. Mortos-vivos, devorados por demandas estúpidas no

cotidiano brutalizado do trabalho, a produzir e a aceitar o sofrimento como um dever. A devoção ao capitalismo é o sintoma coletivo da doença do contato cuja cura passa a ser anunciada. As categorias que regem o Manifesto Makumbacyber são a Força-Curativa, a Força-Motriz, a Regeneração, a Vida na Terra, a Auto-Cura, o Bem e a Paz. A Força-Motriz do Manifesto dispara-se contra a falta de ética, a falta de respeito, a falta de solidariedade. Por isso, o Manifesto é a Vida, que se pronuncia como um canto sagrado, um canto terrível de amor ao que é. Contra toda maldade, inclusas as fantasmagorias capitalistas, que nos impedem de discernir.

Contra o horror infeliz do capitalismo, somente o sentido do processo da vida como comum, como entre nós, poderá levar a uma expansão real de nossas consciências enquanto verdade do corpo-espírito. E nos livrar, assim, da covardia à qual somos convidados diariamente pelo sistema econômico capitalista, que nos humilha e, nos envenenando, nos torna dominados doentes infelizes. A religião do capitalismo pseudorracional e amedrontado confirmou-se como um grande medo e a grande destruição da religiosidade como verdade brutal, sensível e primitiva do universo do qual somos parte. O profundo sentido da religião é simples contra-alienação. É essa a verdade teológica da política desde Spinoza. O poder que vem da multidão e que nos faz marchar, falar e amar. O poder xamânico da lucidez de lugar contra toda alienação.

O poder negativo que administra o êxtase da alegria de viver, colocando em seu lugar a miséria da mercadoria servida aos mortos que passeiam desesperados entre shopping centers e farmácias, é o que precisa ser combatido. O estupefaciente da mercadoria é a falsidade contra a verdade da vida. O otário, vítima do envenenamento capitalista, tem no capital a sua religião e na religião o seu capital. Contra isso, o Manifesto Makumbacyber acorda os laços incríveis do espírito da linguagem que nos une. Xarlô, xamã, autêntico tecnoxamã, ousa rezar por nós na contramão da violência que as religiões afrobrasileiras vêm sofrendo. Xarlô reza com toda a sua lucidez, e nós rezaremos com ele em nome da prática democrática que é o Makumbacyber. Nossa macumba, nosso *chip* de poder, a heresia que nos salva de todo o mal.

MÁRCIA TIBURI é Filósofa, Professora e autora de diversos livros. Escreve mensalmente para uma coluna nesta publicação. **Revista CULT, Outubro de 2013. E-mail:** marciatiburi@revistacult.com.br

Entrou água (MALU FONTES)

NO VOCABULÁRIO do senso comum, entrar água é uma expressão usada para traduzir quando um projeto ou plano deu ou começa a dar errado, frustrando as expectativas de quem o planejou e de quem acreditava nele. Levando-se em conta que a marca do governo federal é "um país rico é um país sem pobreza" e contrapondo-se essa frase de efeito aos últimos índices de analfabetismo identificados pelo IBGE no Brasil, pode-se, sim, dizer que entrou água na tese governamental de que somente nos últimos dois anos 22 milhões saíram da pobreza.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 8,7% da população brasileira acima de 15 anos é analfabeta. Em números absolutos, o Brasil tem 13,163 milhões de analfabetos. Se isso não é uma forma gigantesca de manutenção de pobreza, no país que ocupa o 7º lugar no ranking da economia mundial, é porque, no mínimo, esse país adota um sentido esdrúxulo para a palavra pobreza. Como pensar em saída da pobreza com tanta gente incapaz de ler e escrever? No Nordeste, a taxa de analfabetos triplica: 25% da população acima de 7 anos, cenário equivalente ao da Índia. Entre a população adulta nordestina, a Pnad aponta que um entre cada 4 homens com mais de 25 anos é incapaz de escrever um bilhete, identificar sem ajuda de terceiros o itinerário de um ônibus ou ler qualquer instrução.

Como os complexos brasileiros, sejam de superioridade ou inferioridade, só permitem que a população enxergue-se a partir da comparação com os países ricos ou com os miseráveis, eis o índice de analfabetismo em países como Estados Unidos, Alemanha e Nova Zelândia: em torno de 1%. É verdade que as coisas não mudaram muito em relação à última Pnad, quando o número de analfabetos no Brasil era de 12,866 milhões. O problema está menos na comparação entre os números absolutos de analfabetos de 2011 e de 2012 e mais no que eles revelam quase discretamente: em vez de fazer cair o número de analfabetos no país, os governos, seja nas esferas federal, estadual ou municipal, conseguiram a proeza de fazer o número de analfabetos crescer.

Na Bahia, onde se cultiva o talento de transformar até tragédia em festa, mesmo que para isso seja preciso torturar números, a tradução dos números do analfabetismo local chegou a ser engraçada. Vale reiterar que, no contexto nacional, os estados onde houve maior crescimento do analfabetismo foram justamente Bahia, Tocantins, Paraíba e Pernambuco. Como isso foi traduzido por aqui? Retirando-se a Bahia do contexto do país, inserindo-a apenas no cenário nordestino, onde todos os estados não têm nada a comemorar, e falando-se não do aumento do número, mas enfatizando-se que, no Nordeste, a Bahia é o melhor estado em números (absolutos) de analfabetos. 15,86% dos baianos são analfabetos. Com ou sem Topa (Todos Pela Alfabetização), programa do governo do estado para alfabetização de adultos.

Nem precisaria repetir, mas não custa nada. Quando se fala em brasileiros resgatados da miséria, isso significa basicamente que essas pessoas passaram a ter (mais) comida na mesa e que, para além da comida, foram incluídas no admirável mundo do consumo. E é aí que o conto de fadas contado pelas políticas públicas não resiste a reflexões que se pretendam ir além da superfície: quem disse ou acredita que consumidor e cidadão são sinônimos? Não são. Tanto é assim que tem brasileiro com dois celulares, TV de plasma e iogurte na geladeira frost free, mas sem saúde, sem segurança pública e sem saber escrever um O com um copo.

MALU FONTES é Doutora em Cultura, jornalista e professora da FACOM-UFBA. **Jornal CORREIO, Outubro de 2013.**

Do mito ao fetiche (LUIZ FELIPE PONDÉ)

EM MIL anos, lembrarão de nossa época como um mundo preso ao mito da política como redenção. Os medievais esperavam a redenção do mundo pelas mãos de Deus, nós esperamos a redenção pelas mãos da política, do povo, dos black blocs. Quase nada há de científico no tratamento da política no mundo contemporâneo, mesmo no conceito de "consciência política", que é tão científico quanto o conceito de mediunidade. Teremos que esperar mil anos para nos livrarmos dessa crendice.

A rigor, quase não existe ciência política entre nós (pensando ciência como um método de observação que induz a teorias sobre os eventos observados), apenas crenças em processos mágicos carregados pelas mãos sagradas do "povo". O pensamento mágico em política se caracteriza, entre outras coisas, pela crença numa teoria a priori da história como processo, teoria esta por sua vez carregada de significado moral autoevidente (uma espécie de pureza moral). Já ouviu falar em algo parecido? Por exemplo, crer que quebrar coisas na rua seja um ato carregado de "justiça social" é como crer na providência divina do coquetel molotov.

Dias atrás, o editorial desta Folha falava do "fetiche da democracia" para discutir a eleição direta para reitor da USP. Eu mesmo, nesta coluna, outro dia, falava dos inúmeros fetiches que marcam o debate filosófico-político entre nós, além do fetiche da democracia, o do povo, o da revolução, o das redes sociais, entre outros. Como antídoto a essa moléstia do pensamento, proponho a leitura do livro "Mito do Estado", uma pequena pérola do filósofo alemão Ernst Cassirer.

Obra tardia na vida de Cassirer (1946), esse livro é uma espécie de testamento pessimista deste grande neokantiano. Cassirer ficou conhecido como autor de duas grandes obras em vários volumes: "Filosofia das Formas Simbólicas" e "O Problema do Conhecimento" - não sei se existem traduções delas no Brasil. Cassirer "saiu da moda" porque pecaria por ter pensado (devido ao componente hegeliano do neokantismo) a história nos moldes de uma evolução (um tanto hegeliana) na qual passamos do modo mítico ao modo lógico-científico de pensar.

Fugindo da perseguição nazista (ele era judeu), Cassirer morre desesperado com o que ele pensou ter visto: um regresso ao modo primitivo de pensar a política, a saber, a fé num Estado (o fascista) todo-poderoso do qual emanaria a redenção da vida. Cassirer acertou em cheio. Ainda que o fascismo naqueles moldes tenha passado (quem sabe?), permaneceu em nós a relação mágica com a ideia da política como dimensão justificada em sua violência porque redentora da vida.

Se vivesse mais, ele veria que o mito do Estado evoluiria para o mito do "povo democrático" como soberano "sábio" e "justo", pelo simples fato de nele repousar a graça da justiça social e histórica (maldito Rousseau!). Resumo este mito como "o mito da política como redenção". Puro pensamento mágico. Quando vemos black blocs quebrando bancos, carros e lojas, sob o efeito do mito da política, procuramos nesse simples ato de violência alguma teoria política que justifique a violência. Mas não existe. Pensar que há é semelhante aos inquisidores que pensavam existir no ato de queimar pessoas vivas um passo necessário à salvação daquelas almas perdidas. A "inquisição das ruas" hoje pensa que nossa sociedade está perdida e precisa ser salva por tais sacerdotes da pureza política. Mas o pior é que a classe intelectual é quase toda o alto clero dessa falácia. Rirão de nós em mil anos por crermos nessa mitologia da revolução.

Daqui a mil anos verão que a Revolução Francesa (mito fundante desta seita que dá em black blocs) foi um fato desnecessário para o fim do mundo medieval. Pessoas quebrando coisas na rua não implica em melhoria política. A Argentina "vive na rua" e sua política é risível. Os EUA nunca "vão pra rua" e são a melhor democracia do mundo. Nosso mundo contemporâneo é superficial demais para sustentar mitos, por isso prefere o fetiche do porrete como pau duro na sua marcha redentora por "um mundo melhor".

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, "Contra um mundo melhor" (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Casa perfeita. Com crianças? (ROSELY SAYÃO)

Você já reparou, caro leitor, que em cenas de novelas e filmes em que há a presença de personagens infantis, nunca há vestígios da presença de crianças nas casas? Sofás claros sem nenhuma mancha, vasos com plantas lindas e viçosas, enfeites delicados feitos com material muito vulnerável, como cristal ou vidro, por exemplo. Tudo intacto. Diferentemente das casas em que moramos, em que crianças fazem a maior bagunça, não é verdade?

Assim tem sido já há um bom tempo. Talvez, desde que o mundo do espetáculo tomou conta de nossas vidas e que famosos mostram, com orgulho, fotos de suas casas. Impecáveis, por sinal. O corpo e a casa dos famosos têm sido uma pedra no sapato de quem vive a vida como ela é. A aparência é tudo, não é? Por isso, queremos, a todo custo, uma casa semelhante às fotos que vemos em revistas. O problema que nos impede: temos crianças em casa. E crianças querem ver o que há embaixo da planta que a sustenta firme e forte em pé no vaso, querem saber o que acontece quando um enfeite cai no chão, desabam no sofá quando querem assistir à televisão ou, apenas, descansar. Aliás, como nós, quando chegamos em casa. A diferença é que eles não sabem controlar o corpo, ainda.

Não é à toa que a palavra lar caiu em desuso. Lar - que evoca família, uso da casa, convivência, afetividade - foi substituída por casa. Queremos uma casa bonita, perfeita. Ou quase. Drummond já antevia esse movimento e, em seu poema "Casa Arrumada", diz: "...casa, para mim, tem que ser casa e não um centro cirúrgico, um cenário de novela.... Sofá sem mancha? Tapete sem fio puxado? Mesa sem marca de copo? Tá na cara que é casa sem festa". Sem criança, acrescento. Por conta desse anseio do mundo contemporâneo, muitas mães e pais estão às voltas com a questão de como ensinar o filho a arrumar as suas coisas. Ensinar talvez não seja a palavra certa. Exigir cai melhor.

Em uma rede social da qual participo, um post fez sucesso nos últimos dias. Uma tabela, feita por um pai, mostra os descontos de mesada que o filho sofre ao deixar de fazer o que ele considera necessário. Além das questões escolares, prioridade dos pais na atualidade, a mesada será descontada se o filho deixar a casa desarrumada. Então, vamos lembrar: crianças com menos de cinco anos, mais ou menos, não são capazes de organizar suas coisas. Aprendem ajudando - ajudando! - seus pais, que são os responsáveis pela arrumação. Dos brinquedos, inclusive.

Elas também não conseguem se conter quando querem explorar o mundo. E a casa em que moram é seu mundo! Por isso, com criança pequena em casa, é melhor recolher enfeites preciosos e plantas. E esquecer do sofá claro todo limpo. Depois dos cinco anos, ela já consegue se organizar, mas com a ajuda de seus pais, e não com tabelas punitivas. Ela arruma, e seus pais ajudam.

Finalmente, na adolescência: os filhos podem ser responsabilizados pela própria organização e pelo respeito aos ambientes comuns da casa, mas ainda com a tutela dos pais. Não adianta querer que eles se comportem como adultos! Você já tinha se dado conta, caro leitor, de como nosso estilo de vida afeta a educação que damos aos filhos e a convivência com eles?

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Qual romance você está lendo? (CONTARDO CALLIGARIS)

SEMPRE pensei que fosse sábio desconfiar de quem não lê literatura. Ler ou não ler romances é para mim um critério. Quer saber se tal político merece seu voto? Verifique se ele lê literatura. Quer escolher um psicanalista ou um psicoterapeuta? Mesma sugestão. E, cuidado, o hábito de ler, em geral, pode ser melhor do que o de não ler, mas não me basta: o critério que vale para mim é ler especificamente literatura - ficção literária.

Você dirá que estou apenas exigindo dos outros que eles sejam parecidos comigo. E eu teria que concordar, salvo que acabo de aprender que minha confiança nos leitores de ficção literária é justificada. Algo que eu acreditava intuitivamente foi confirmado em pesquisa que acaba de ser publicada pela revista "Science" (migre.me/gkK9J), "Reading Literary Fiction Improves Theory of Mind" (ler ficção literária melhora a teoria da mente), de David C. Kidd e Emanuele Castano. Uma explicação. Na expressão "teoria da mente", "teoria" significa "visão" (esse é o sentido originário da palavra). Em psicologia, a "teoria da mente" é nossa capacidade de enxergar os outros e de lhes atribuir de maneira correta crenças, ideias, intenções, afetos e sentimentos.

A teoria da mente emocional é a capacidade de reconhecer o que os outros sentem e, portanto, de experimentar empatia e compaixão por eles; a teoria da mente cognitiva é a capacidade de reconhecer o que os outros pensam e sabem e, portanto, de dialogar e de negociar soluções racionais. Obviamente, enxergar o que os outros sentem e pensam é uma condição para ter uma vida social ativa e interessante. Existem vários testes para medir nossa "teoria da mente" - os mais conhecidos são o RMET ou o DANVA, testes de interpretação da mente do outro pelo seu olhar ou pela sua expressão facial. Em geral, esses testes são usados no diagnóstico de transtornos que vão desde o isolamento autista até a inquietante indiferença ao destino dos outros da qual dão prova psicopatas e sociopatas.

Kidd e Castano aplicaram esses testes em diferentes grupos, criados a partir de uma amostra homogênea: 1) um grupo que acabava de ler trechos de ficção literária, 2) um grupo que acabava de ler trechos de não ficção, 3) um grupo que acabava de ler trechos de ficção popular, 4) um grupo que não lera nada. Conclusão: os leitores de ficção literária enxergam melhor a complexidade do outro e, com isso, podem aumentar sua empatia e seu respeito pela diferença de seus semelhantes. Com um pouco de otimismo, seria possível apostar que ler literatura seja um jeito de se precaver contra sociopatia e psicopatia. Mais duas observações.

1) A pesquisa mede o efeito imediato da leitura de trechos literários. Não sabemos se existem efeitos cumulativos da leitura passada (hoje não tenho tempo, mas "já li muito na adolescência"): o que importa não é se você leu, mas se está lendo.

2) A pesquisa constata que a ficção popular não tem o mesmo efeito da literária. A diferença é explicada assim: a leitura de ficção literária nos mobiliza para entender a experiência das personagens. "Como na vida real, os mundos da ficção literária são povoados por indivíduos complexos cujas vidas interiores devem ser investigadas, pois são raramente de fácil acesso." "Contrariamente à ficção literária, a ficção popular (...) tende a retratar o mundo e as personagens como internamente consistentes e previsíveis. Ela pode confirmar as expectativas do leitor em vez de promover o trabalho de sua teoria da mente."

Em suma, o texto literário é aquele que pede esforços de interpretação por aquelas características que foram notadas pelos melhores leitores do século 20: por ser ambíguo (William Empson), aberto (Umberto Eco) e repleto de significações secundárias (Roland Barthes). Na hora de fechar esta coluna, na terça-feira, encontro a mesma pesquisa comentada na seleção do "New York Times" oferecida semanalmente pela **Folha**. A jornalista do "Times" pensou que a leitura literária, ajudando-nos a enxergar e entender os outros, facilitaria nossas entrevistas de emprego ou nossos encontros românticos.

Quanto a mim, imaginei que, na próxima vez em que eu for chamado a sabatinar um candidato, não esquecerei de perguntar: qual é o romance que você está lendo? E espero que o candidato mencione um livro que conheço, para verificar se está falando a verdade.

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

O buraco dos planos de saúde (CRISTIANE SEGATTO)

Um terço dos clientes recorre ao SUS ou paga consulta particular. Como se proteger

UM AMIGO jornalista ganha a vida como freelancer. É um profissional dos bons, reconhecido como um tremendo especialista em sua área. Não lhe falta trabalho. Está em todas as mídias. Poderia abrir mão de uma das atividades – aquela que consome tempo demais e não é bem remunerada. Por que não faz isso? É a única que lhe garante um plano de saúde. Com três filhos pequenos, ele não pode correr o risco de se tornar dependente do SUS. Cinquenta milhões de brasileiros (os 23% da população que dispõem de convênios médicos) compartilham o mesmo sentimento. Quanta gente já não teria mandado o empregador às favas se pudesse contar com uma saúde pública de qualidade?

Diante das tantas distorções do sistema de saúde brasileiro, ninguém quer engrossar a casta dos sem-convênio. Ter um plano de saúde garante certa sensação de segurança, mas os fatos têm demonstrado que essa é uma falsa segurança. Muitos planos de saúde se igualam ao SUS. Não ao SUS que funciona (sim, ele existe! Confira [aqui](#)), mas ao SUS das mazelas. Aquele que vemos nos telejornais e nos arrepiamos até a alma. O sujeito se esforça para pagar as mensalidades (ou a empresa paga para ele), acha que será bem atendido e, na hora da necessidade, nada feito. Segundo uma pesquisa **divulgada ontem** pela Associação Paulista de Medicina, 30% dos usuários de planos de saúde recorrem ao SUS ou ao atendimento particular para receber cuidado médico adequado.

No ano passado, esse índice era de 15%. As entrevistas com 861 clientes de planos de saúde no estado de São Paulo foram realizadas pelo Datafolha em setembro. Entre os entrevistados, 79% relataram problemas. Garanto que as principais queixas você conhece de cor: longa espera nos pronto-socorros e dificuldade para marcar consultas e realizar exames e cirurgias. "Houve um aumento significativo do número de usuários de plano de saúde, mas não houve a ampliação da rede prestadora de serviços", diz o médico Florisval Meinão, presidente da APM. "Hoje essas pessoas enfrentam dificuldades que se assemelham de certa forma ao que acontece no SUS." Depois do atendimento, porém, 67% dos clientes se disseram satisfeitos com seus planos. "É uma contradição", diz Ladislau Rosa, presidente do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp). "As maiores queixas são relacionadas às dificuldades de acesso ao serviço. Quando a pessoa ultrapassa todos esses obstáculos, ela fica satisfeita com o atendimento."



Os convênios deveriam desafogar o SUS. Por essa e por outras razões o governo não tem interesse em acabar com a saúde suplementar. Onde é que a coisa pega? Qual é o tamanho do buraco em que estamos metidos? Quem tem a pretensão de tentar entender isso precisa ter paciência e estômago para entrar numa área complexa e pouco afeita à transparência. Para começo de conversa, a saúde suplementar é heterogênea. São centenas de operadoras, divididas em várias categorias. É um saco de gatos onde cabe de tudo. Tem empresa boa, empresa ruim, plano sustentável, plano quase falido. Como o consumidor pode escolher nas mãos de qual operadora vai colocar a vida da família? Hoje ele faz isso completamente às cegas, movido pela publicidade ou pela decisão da empresa onde trabalha. Isso precisa mudar. Quer uma simples amostra dessa heterogeneidade? Para escrever sobre a pesquisa divulgada pela Associação Paulista de Medicina, resolvi procurar a entidade que representa os planos de saúde. Ouvir o "outro lado" é a obrigação básica de qualquer jornalista. Tive que ouvir duas entidades (as

principais) porque os segmentos da saúde suplementar têm representações diferentes. Fácil a vida do consumidor, né?

A Abramge representa 245 operadoras do segmento de medicina de grupo. Segundo a entidade, "diversas pesquisas foram realizadas por institutos independentes e, em todas, o nível de aprovação dos clientes é alto". A Abramge cita a pesquisa de satisfação dos usuários de planos de saúde realizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Segundo a pesquisa da ANS, divulgada no início de outubro, 72% dos 67 mil consumidores entrevistados estavam satisfeitos ou muito satisfeitos com o seu plano de saúde. Detalhe: as próprias operadoras realizaram o estudo com seus clientes, mas apenas 89 delas aceitaram participar. Quando você tiver tempo e paciência, navegue pelas planilhas da ANS. Cheque qual foi o desempenho da sua operadora, segundo **essa avaliação**. Procure lá os nomes das maiores operadoras, aquelas

famosas que os vendedores insistem em dizer a você que são o melhor negócio. Vai perceber que a maioria optou por não realizar a pesquisa; não concluiu a pesquisa ou os dados da pesquisa foram invalidados pela auditoria da ANS.

Depois, confronte os dados com o dessa **outra planilha**. É a lista das operadoras de grande porte com mais reclamações por beneficiário. Das dez operadoras com mais reclamações, oito não fizeram a pesquisa com os clientes. OK, isso me parece óbvio. O curioso é notar que duas das operadoras com mais reclamações participaram da pesquisa de satisfação da ANS e concluíram que seus clientes estão satisfeitos. Ôps! Como assim? Outra entidade, a Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasaúde) representa o segmento das seguradoras de saúde. Ela ressalta que, segundo a pesquisa da APM, 67% dos beneficiários estão satisfeitos ou muito satisfeitos com seus planos de saúde. O argumento da Fenasaúde: "O quadro de suposto problema generalizado está sendo veiculado há algum tempo, sem que seja dada transparência, para o consumidor, sobre as redes de hospitais e operadoras onde os problemas são verificados. Com esse teor genérico, o consumidor fica confuso e só tem a perder com informações parciais".

Quando se discute o caos da saúde e o aumento de custos que ameaça tornar o nosso sistema insustentável (tanto no SUS quanto na saúde privada) quase sempre surgem dois bodes expiatórios: falta de dinheiro e uso excessivo de tecnologias caras. Essa é apenas parte da equação. Precisamos focar a atenção na má gestão de recursos em todos os níveis. É verdade que os recursos (públicos e privados) empregados pela sociedade brasileira em saúde não são suficientes para financiar o nível de atenção à saúde que desejamos, mas o volume de dinheiro correndo pelo ralo é assombroso. Não me refiro apenas à corrupção e às fraudes. Falo do caos gerencial e da falta de informações objetivas para controle de custos. Hospitais e operadoras têm dificuldades para determinar o valor dos produtos e serviços que oferecem. As operadoras reclamam que os hospitais cobram demais por uma prestação de serviço que não valeria tanto. Os hospitais alegam que as operadoras não querem remunerá-los adequadamente.

Fazem parte da mesma cadeia produtiva, mas se relacionam como se fossem concorrentes. Cada um olha o seu próprio interesse. Interesse esse que não é o do consumidor. O sistema de saúde americano é um dos mais ineficientes e injustos do mundo. Em saúde, os Estados Unidos não são exemplo para ninguém, mas eles têm algo que nos falta: a cultura de transparência e objetividade. Pela internet, o consumidor americano pode comparar a qualidade de muitos hospitais e escolher o melhor. Em vez de ser influenciado pela publicidade ou pela escolha das celebridades, decide a partir de parâmetros realmente relevantes como índices de complicação cirúrgica, taxas de infecção hospitalar e parâmetros para avaliar o sucesso do tratamento. No Brasil, a tradição é de transparência zero.

Tornar públicas as informações de saúde é uma forma de transferir poder aos cidadãos. Como parte da reforma do sistema americano, o presidente Barack Obama prometeu criar um portal na internet no qual a população poderia comparar os preços e a qualidade dos planos de saúde. Demorou! Recém-inaugurado, o site www.healthcare.gov não suportou a demanda. Dezesete milhões de pessoas se irritaram com travamentos de busca e repetidos avisos de "tente mais tarde". Torço para que os problemas técnicos sejam superados, o serviço dê muito certo e a cobrança por transparência frutifique no Brasil.

Saúde sempre foi um tema da maior relevância. Parece que agora os líderes brasileiros perceberam isso. Saúde estará no centro do debate político e econômico neste e nos próximos anos. Precisamos decidir que tipo de saúde queremos financiar. É um assunto que pede mobilização nacional. Não se resolve o buraco da saúde com medidas emergenciais eleitoreiras. Nem escondendo o rosto e quebrando tudo. Essa causa é das mais nobres e urgentes. Exige disposição, cara limpa e calculadoras em punho.

CRISTIANE SEGATTO Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Outubro de 2013.**

O valor da vida (LINAMARA RIZZO BATTISTELLA)

LEMBRO com carinho e muita saudade de Zilda Arns, médica notável pela simplicidade e exuberância de conhecimentos e formação ética. Zilda sabia como ninguém simplificar a aplicação do conhecimento, sem nunca improvisar! Zilda, pediatra e sanitarista, não precisou rasgar a Constituição ou descumprir a lei para alcançar os objetivos de levar saúde de qualidade para as populações mais carentes.

Vencer a anemia ferropriva e prevenir suas consequências, esse foi o mote da cruzada brasileira contra a anemia, conduzida pelo grande médico hematologista Celso Guerra. A principal estratégia da campanha era estimular o uso de panela de ferro, algo tão simples quanto inovador e com resultados surpreendentes. Grandes especialistas que fizeram diferença na saúde da população. Neste mês em que a Constituição cidadã completa 25 anos, vale resgatar exemplos históricos, registros de um passado que mostra a ação de grandes médicos no âmbito da saúde pública. E avaliar os riscos e desafios que a universalidade da assistência ainda enfrenta no Brasil.

Vencemos barreiras importantes na atenção básica e nas ações de alta complexidade. Alargamos os horizontes da humanização da área com o programa Saúde da Família, incluindo este precioso colaborador que é o agente comunitário. Vencemos barreiras, mas não superamos integralmente o problema pelo descaso das nossas autoridades no âmbito do SUS. Acompanhei a batalha de Dário Biorlini e vi crescer a possibilidade de salvar vidas com a implantação do sistema de

atendimento pré-hospitalar. A ação do resgate influenciou na qualificação das UTIs, nos serviços de pronto-socorro e, por conseguinte, nos serviços de reabilitação.

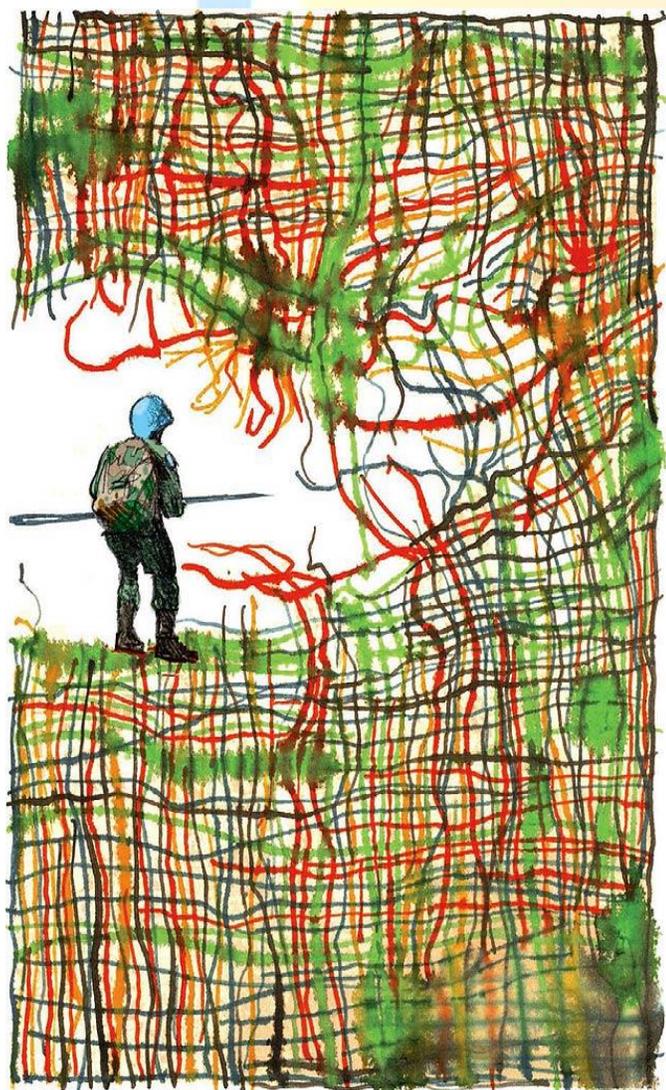
Na intrincada cadeia da urgência e emergência, a ação do policial militar, dos paramédicos e de todos os profissionais da área da saúde espelha a sinergia em favor da vida. Também estamos vencendo a batalha do câncer, da hipertensão e do diabetes, apenas para lembrar alguns bons exemplos. Em São Paulo, saúde se faz com qualidade, e qualidade significa investimento na formação dos recursos humanos e na infraestrutura tecnológica e ambiental.

Nossos pacientes, assim como os principais dirigentes governamentais, em São Paulo, podem usufruir de tratamentos de qualidade, comparáveis aos de países mais desenvolvidos. Contam com um arcabouço legal capaz de garantir ao sistema público gratuidade e qualidade dentro das diretrizes constitucionais. A saúde da nossa população merece respeito. São motivo de profunda preocupação propostas marqueteiras que confundem nossos pacientes e oferecem soluções que não atendem as premissas básicas de qualidade, acesso e resolutividade.

Nosso compromisso de salvar a vida e garantir sua qualidade se inicia na atenção básica. Vamos juntos, médicos e pacientes, lutar contra ideologias que escravizam e suprimem direitos. Vamos impedir a visão mercantilista e o interesse de grupos que aplaudem as medidas que fortalecem as iniquidades, criando uma assistência de segunda classe, rodeada de publicidade enganosa, desmerecendo o direito à vida.

LINAMARA RIZZO BATTISTELLA é médica fisiatra, professora de fisioterapia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e secretária de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Uma onda de avanços (BAN KI-MOON)



UMA DAS melhores formas de sentir o pulso do mundo é por meio do poder de convocação das Nações Unidas. Ao longo das últimas semanas, durante o furacão de encontros e discursos que caracterizam a sessão de abertura da Assembleia Geral, reuni-me com líderes de países ou grupos que representam 99% da população mundial.

O que bate no coração da família humana? Primeiro, um anseio de acabar com os conflitos, preconceitos, desigualdades, com o aquecimento global e o desemprego. Segundo, um entusiasmo por se viver em uma era de oportunidades: essa é a primeira geração que poderá acabar com a extrema pobreza.

Com base nas negociações que acabaram de acontecer na ONU, e consciente dos enormes desafios, me sinto encorajado pelas perspectivas. A semana produziu uma resolução do Conselho de Segurança para a Síria - esperança após anos de impasse e inércia. A ONU e a Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq) estão em urgente missão conjunta para eliminar os programas e os estoques de armas químicas. A importância dessa medida foi reconhecida pelo prêmio Nobel da Paz, concedido à Opaq.

Mas não podemos ficar satisfeitos em destruir armas químicas enquanto a guerra destrói o país. A vitória militar é uma ilusão; a única resposta é uma transição negociada para uma nova Síria. Estamos determinados a levar todos para a mesa de negociação em novembro.

Irã e Estados Unidos utilizaram o espaço da ONU para uma abertura em suas relações que reverte décadas de tensões. Outras reuniões trouxeram progresso para Mianmar e Iêmen, para a complexa crise no Sahel (região logo abaixo do deserto do Saara), para a implementação do processo de paz na República Democrática do Congo e na região dos Grandes Lagos da África. E o Quarteto de paz para o Oriente Médio (Estados Unidos, Rússia, ONU e União Europeia) se reuniu pela primeira vez em mais de um ano para apoiar a retomada das negociações entre Israel e Palestina.

Mas a abertura da Assembleia Geral não se limitou a discutir a paz. Também avançou no debate para alcançar o desenvolvimento sustentável - nosso desafio mais crítico em longo prazo. O ano de 2015 será uma oportunidade histórica: é a data limite para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), adotar uma nova agenda pós-2015 e obter um renovado acordo sobre as mudanças climáticas. Os ODM nos permitiram salvar milhares de vidas. Provaram como o apoio ao desenvolvimento e as parcerias entre diferentes atores podem ajudar a construir um mundo melhor. Mesmo assim, alguns podem não ser alcançados, e muitas pessoas ainda estão excluídas ou enfrentam exploração.

Ao mesmo tempo em que nos esforçamos para terminar esse trabalho e definir novos objetivos para o período pós-2015, há um amplo consenso de que os direitos das mulheres, a governança e a ação em torno das mudanças climáticas devem figurar de forma proeminente. Vamos realizar a cúpula do clima em setembro do ano que vem em Nova York, e muitos líderes já manifestaram sua intenção em participar. A ONU é a primeira a chegar em desastres e, muitas vezes, o último recurso para resolver problemas. Em alguns momentos, está na liderança, em outros, está entre uma constelação de atores.

Mas trabalha incessantemente, dia e noite, em todo o mundo, para fazer avançar os objetivos da humanidade nas circunstâncias mais difíceis. Diplomacia e ação multilateral continuam sendo as primeiras e melhores opções para abordar tanto a crise atual como complexos desafios do nosso futuro. O papel central da ONU reflete a lógica global de nosso tempo: com nossos destinos cada vez mais entrelaçados, o futuro deve ser de cooperação ainda mais ampla e profunda.

BAN KI-MOON, 69, mestre em administração pública pela Universidade Harvard (Estados Unidos), é o secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas). Foi ministro das Relações Exteriores e do Comércio da Coreia do Sul. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Excessos para todos os lados (PIERPAOLO CRUZ BOTTINI)



A VIOLÊNCIA nas últimas manifestações surpreendeu até os mais simpáticos a elas. A proposta de caracterizar os grupos mais exaltados como organizações criminosas ou de enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional surpreendeu ainda mais.

O enfrentamento dos excessos é legítimo e necessário, mas não autoriza o uso arbitrário das leis. A Lei de Segurança Nacional, que faz hora extra no ordenamento jurídico, enfoca apenas atos lesivos à integridade territorial, à soberania nacional, ao regime político vigente e aos chefes dos Poderes da União, como aponta seu primeiro artigo. Por mais ferozes que sejam os manifestantes, não consta um só indício de que seus atos tenham capacidade de abalar as estruturas políticas da nação.

São crimes de dano, lesão corporal, ameaça, que devem ser punidos de acordo com a legislação comum, e não com base em uma extravagante lei voltada para atividades contra a existência do Estado ou das estruturas democráticas. Convenhamos, é areia demais para o caminho dos "black blocs". Por outro lado, há aqueles que defendem a aplicação aos manifestantes agressivos de uma nova lei, sancionada este ano: a de número 12.850, que cria a figura da organização criminosa, caracterizada como a associação de quatro ou mais pessoas, de forma estruturada e organizada, com o objetivo de obter vantagens pela prática de infrações penais. Aquele que dela participe ou que financie suas atividades está sujeito a penas de três a oito anos de prisão, sem contar a multa aplicável. A mesma pena é imposta aos que atrapalhem as investigações de suas atividades.

De pronto, fica claro que a lei tem o objetivo de reprimir grandes ordens criminosas, organizadas de forma quase empresarial, com estruturas e cadeias de comando. Tem por alvo os cartéis de drogas, milícias, máfias de toda espécie - ou seja, grupos estabilizados, com pretensão de continuidade e, em regra, de caráter transnacional. Não se trata, portanto, de quadrilha ou associação criminosa rudimentar, precariamente organizada, para as quais a lei prevê pena mais branda (de um a três anos), mas de grupos delitivos com sofisticada capacidade de atuação, o que justifica os anos a mais de prisão previstos.

Parece pretensioso identificar os atos violentos nas ruas como fruto de uma organização criminosa. Por mais que os "black blocs" atuem em conjunto, não há notícia de estrutura ou hierarquia, ou a finalidade de obter vantagens por meio de delitos. O canadense Francis Dupuis-Déri, que há dez anos estuda os "black blocs" no mundo, apontou em recente entrevista o caráter anarquista do grupo, caracterizados pela ausência de líder ou representante capaz de coordená-lo. Seria, segundo ele, um movimento de pessoas preparadas individualmente para a violência coletiva.

Fruto da espontaneidade das mídias sociais, histeria coletiva, lampejo revolucionário, baderna, o fenômeno pode ser chamado de qualquer coisa, menos de organização criminosa. A ausência de estrutura do agrupamento afasta tal definição. Portanto, nem a Lei de Segurança Nacional nem a ideia de organização criminosa se aplica aos "black blocs". O enfrentamento de seus excessos é necessário e urgente, mas não pelo alargamento de leis penais inaplicáveis ao caso concreto.

O Código Penal já oferece instrumentos para a punição do dano e para a reparação dos prejuízos. Se não são suficientes, criem-se outros, com o crivo do legislador. O malabarismo jurídico deve ser evitado, principalmente quando se trata do direito penal. O excesso dos manifestantes é menos perigoso que o arbítrio do poder público. Lutemos contra a violência, mas preservemos a legalidade, para que o remédio não seja mais lesivo que o mal combatido.

PIERPAOLO CRUZ BOTTINI, 36, advogado, é professor doutor de direito penal da Faculdade de Direito da USP. Foi secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (governo Lula). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Duas ou três coisas sobre as mortes em Ondina (MALU FONTES)

UMA COISA é certa sobre as redes sociais: ao mesmo tempo em que ajudam as famílias de vítimas de grandes tragédias a mover campanhas de mobilização por esclarecimento e justiça, elas exigem dessas mesmas famílias uma força emocional que não se pode cobrar de quem acabou de ter a vida psíquica esfaqueada. Paremos com a falta de cuidados e bons modos e vamos diretamente ao nome das coisas. Gatos e cachorros se acham no direito de, atrás de seus teclados, matar mais uma vez quem já morreu.

Se ninguém aqui leu alguma toupeira moral e ética dizendo numa rede social que alguma coisa Emanuel e Emanuelle Gomes devem ter feito para provocar a ira da oftalmologista Kátia Vargas Leal Pereira a ponto dessa perseguir com seu carro a moto onde estavam, causando-lhes a morte, agradeçam aos céus e peçam aos deuses para que o mesmo tenha acontecido com a mãe e o pai de ambos. Perder dois filhos e ler coisas desse tipo sem perder a sanidade e a fé na vida é coisa para pouquíssimos. Nada mais cruel e covarde que atacar quem já não pode se defender ou matar moralmente quem já morreu fisicamente, acusando-os de ter confrontado ou provocado a própria morte.

Não se deseje, do mesmo modo, que as redes sociais sejam um quadro em branco disponível para as bestas feras existentes em toda e qualquer sociedade e que agora pedem pena de morte para a oftalmologista. Mas, assim como ela não pode ser irreversivelmente inscrita como a tradução encarnada da maldade bípede desumanizada, o casal de irmãos mortos não pode jamais ser responsabilizado pela própria morte. Não eles, mortos nas circunstâncias em que morreram e vistas por todos os consumidores de informação, graças à proliferação de câmeras que hoje tudo registram nas principais vias de qualquer cidade.

Os motoristas odeiam motociclistas? Há uma imensidão de assaltos e crimes no trânsito cometidos com o uso de motos? As mulheres dentro dos seus carros têm pânico da aproximação de motociclistas? As grandes cidades e seu corre-corre estressam as pessoas ao ponto de fazê-las terem crises nervosas, surtos psicóticos e reações extremas de ira? Dando sim para todas essas hipóteses clichês, nem bem o casal de irmãos acabava de morrer, o advogado da oftalmologista já se apressava em montar sua tese da neurose social e da mulher temerosa no trânsito, anunciando solenemente que esse foi o contexto que levou sua cliente involuntariamente para a cena de um 'acidente' fatal.

Há alguns meses, um motorista de ônibus ficou furioso contra um médico que, ao ter o carro atingido por uma colisão traseira do ônibus, saiu do automóvel e começou a filmar os danos. Irritado, o motorista não pensou duas vezes: acelerou o ônibus contra o carro já colidido e a família do médico, machucando todos. Naquele caso e contexto, quem teve dúvida de quem era a vítima e o causador da tentativa de homicídio? Por que, agora, alguém ousa, mesmo que seja meia dúzia de anencéfalos, considerar os irmãos como corresponsáveis pela própria morte?

É preciso recusar-se a crer que essa avaliação de dois pesos e duas medidas se dá porque Kátia Vargas é uma cidadã tida como do bem. Pessoas do bem e de bem, sim, podem ter surtos. Mas quando o surto resulta na morte de duas pessoas, num contexto registrado e visto por tanta gente, o mínimo que se deve a elas é respeito à sua memória e à dor da família. Ninguém tem o direito de desrespeitá-las impondo-lhes a responsabilidade e culpa pela própria morte. A dor é alheia, mas o bom senso é nosso. Na falta da solidariedade daqueles incapazes de tê-la, recomenda-se o silêncio.

MALU FONTES é Doutora em Cultura, jornalista e professora da FACOM-UFBA. **Jornal CORREIO, Outubro de 2013.**

Fatos e mitos sobre a teoria do domínio do fato (LUÍS GRECO e ALAOR LEITE)

DESDE o julgamento do mensalão, não há quem não tenha ouvido falar na teoria do domínio do fato. Muito do que se diz, contudo, não é verdadeiro. Nem os seus adeptos, como alguns ministros do Supremo Tribunal Federal, nem os que a criticam, como mais recentemente o jurista Ives Gandra da Silva Martins, parecem dominar o domínio do fato. Talvez porque falte o óbvio: ler a fonte, em especial os escritos do maior arquiteto da teoria, o professor alemão Claus Roxin. Mesmo os técnicos tropeçam em mal-entendidos, de modo que o público merece alguns esclarecimentos.



Primeiro, um fato. Simplificando (vide nosso estudo "O que é e o que não é a teoria do domínio do fato", RT 933, 2013, p. 61-92), a teoria do domínio do fato define quem é o autor de um crime, em contraposição ao mero partícipe. O autor responde por fato próprio, sua responsabilidade é originária. Já o partícipe responde por concorrer em fato alheio --sua responsabilidade é, nesse sentido, derivada ou acessória.

O Código Penal brasileiro (art. 29 caput), embora possa ser compatibilizado com a teoria do domínio do fato, inclina-se para uma teoria que nem sequer distingue autor de partícipe: todos que concorrem para o crime são, simplesmente, autores. A teoria tradicional diz que fatos alheios também são próprios; emprestar a arma é matar.

Para o domínio do fato, porém, o autor, além de concorrer para o fato, tem de dominá-lo; quem concorre, sem dominar, nunca é autor. Matar é atirar; emprestar a arma é participar no ato alheio de matar. Na prática: a teoria do domínio do fato não condena quem, sem ela, seria absolvido; ela não facilita, e sim dificulta condenações. Sempre que for possível condenar alguém com a teoria do domínio do fato, será possível condenar sem ela.

Passemos aos mitos. A teoria não serve para responsabilizar um sujeito apenas pela posição que ele ocupa. No direito penal, só se responde por ação ou por omissão, nunca por mera posição. O dono da padaria, só pelo fato de sê-lo, não responde pelo estupro cometido pelo funcionário; ele não domina esse fato - noutras palavras, ele não estupra, só por ser dono da padaria.

Parece, contudo, que, em alguns dos votos de ministros do STF, o termo "domínio do fato" foi usado no sentido de uma responsabilidade pela posição. Isso é errôneo: o chefe deve ser punido, não pela posição de chefe, mas pela ação de comandar ou pela omissão de impedir; e essa punição pode ocorrer tanto por fato próprio, isto é, como autor, quanto por contribuição em fato alheio, como partícipe. A teoria do domínio do fato não é teoria processual: ela nem dispensa a prova

da culpa, nem autoriza que se condene com base em presunção - ao contrário do que se lê no voto da ministra Rosa Weber, que fala em uma "presunção relativa de autoria dos dirigentes", e na entrevista de Ives Gandra.

Sem provas, ou em dúvida, absolve-se o acusado, com ou sem teoria do domínio do fato. A teoria tampouco tem como protótipos situações de exceção, como uma ordem de Hitler. Isso é apenas uma parte da teoria, talvez a mais famosa, certamente a mais controversa, mas não a mais importante. Um derradeiro fato. A teoria do domínio do fato não pode ter sido a responsável pela condenação deste ou daquele réu. Se foi aplicada corretamente, ela terá punido menos, e não mais do que com base na leitura tradicional de nosso

Código Penal. Se foi aplicada incorretamente, as condenações não se fundaram nela, mas em teses que lhe usurparam o nome. Não se deve temer a teoria, corretamente compreendida e aplicada, e sim aquilo que, na melhor das hipóteses, é diletantismo e, na pior, verdadeiro embuste.

LUIS GRECO, 35, e **ALAOR LEITE**, 26, doutor e doutorando, respectivamente, em direito pela Universidade de Munique (Alemanha), sob orientação de Claus Roxin, traduziram várias de suas obras para o português. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Outubro de 2013.

Biografado deve ter o direito de vetar um livro sobre sua vida? NÃO

Lei Fio Maravilha (PAULO CESAR DE ARAÚJO)

A BIOGRAFIA é um gênero literário que incomoda. É transgressor, perturbador, afinal, narra a história de uma vida. E é assim desde que surgiu na Grécia com Plutarco. O recém-criado grupo Procure Saber tomou para si uma tarefa difícil: enquadrar o gênero. E escolheu a pior forma: defendendo a privacidade ao mesmo tempo que a cobrança de dinheiro para se autorizar um livro.

"Não é justo que só os biógrafos e seus editores lucrem com isso, e nunca o biografado ou os seus herdeiros", disse a produtora Paula Lavigne. Pelo visto o grupo deseja estabelecer o que podemos chamar aqui de Lei Fio Maravilha. Explico. Em 1972, jogava no Flamengo um centroavante até então mais conhecido pelo apelido de cunho racista Fio Crioulo-doido. Fã do jogador, Jorge Ben Jor decidiu compor uma canção em sua homenagem, a qual deu o título de "Fio Maravilha". Todo mundo gostou da música, menos o próprio Fio, que foi à Justiça contra o compositor. Alegou que ele estava usando o seu nome e a sua imagem com finalidade comercial e que não era justo apenas Ben Jor lucrar com o sucesso daquela obra. O jogador então cobrou para si parte do que a música rendia em direitos autorais.

Fio nada conseguiu na época, mas sua antiga ideia parece nortear agora o grupo Procure Saber. Em nota em "O Globo", o cantor Djavan não se avexou de também cobrar "um percentual oriundo da venda desse produto (o livro) destinado ao biografado". Felizmente essa ideia não foi invocada pela igreja quando Roberto Carlos gravou canções como "Nossa Senhora" e "Jesus Cristo", que também se utilizam do nome e da imagem de figuras do Evangelho para fins comerciais. Nada também foi cobrado de Gilberto Gil por ele cantar Chacrinha e sua Terezinha em "Aquele Abraço". Nem de Caetano Veloso, por canções como "Giulietta Masina", sobre a atriz italiana, e "Menino do Rio", sobre o surfista Petit

Em todos esses casos, os compositores se valeram de um tema para desenvolver obras que, por tratarem de personagens que existiram, podemos chamar de "canções de não-ficção". Um autor de livro também trabalha com temas que, no caso dos biógrafos, são personagens reais. Tim Maia foi tema de um livro de Nelson Motta, assim como JK foi tema de um livro de Claudio Bojunga. Mas parece que o grupo Procure Saber quer liberdade de expressão apenas para os autores de canções. Para quem escreve livros, faz cine-documentários ou minisséries, o grupo deseja autorização prévia e cobrar dividendos.

Ressalte-se, porém, que tanto escritores como compositores não podem falar qualquer coisa sobre os outros. Tiririca, por exemplo, foi denunciado por racismo na música "Veja os Cabelos Dela". Por outros motivos, na ditadura foram proibidas canções de Chico Buarque, de Caetano e de Gil. Hoje, o que prevalece é a censura a biografias que atinge ou já atingiu livros de Fernando Morais, Ruy Castro, João Máximo, Carlos Didier e outros - além do meu próprio sobre Roberto Carlos, que está há seis anos e oito meses fora de circulação. Pensadores como Darcy Ribeiro e Mangabeira Unger profetizaram que a civilização mestiça do Brasil poderá ser uma nova Roma. Eu compartilho dessa esperança, mas certamente não será no campo da legislação sobre biografias que iremos ensinar algo ao mundo.

Em países como Inglaterra, França e EUA, muito à frente de nós, surgiram ou foram consagradas ideias iluministas como a liberdade de expressão e o direito à informação. Não por acaso, nesses países biografias circulam livremente. Enquanto isso, o Brasil, com sua tradição autoritária, caminha em retrocesso na direção da Lei Fio Maravilha.

PAULO CESAR DE ARAÚJO, 51, é historiador e jornalista; e é autor de "Roberto Carlos em Detalhes" e "Eu Não Sou Cachorro, Não". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Biografado deve ter o direito de vetar um livro sobre sua vida? SIM

Dois pesos e uma medida (ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO)

"**APERFEIÇOAR-TE** na arte de escutar, só quem ouviu o rio pode ouvir o mar" (Leão de Formosa). A sensação é de frustração. Tínhamos uma oportunidade fantástica de discutir um tema relevante quando fomos tragados pela passionalidade. O assunto é fascinante: pondera dois direitos constitucionais, o da informação e o à intimidade. Ao contrário do que tem sido publicado, é o direito à informação, e não à liberdade de expressão, que está em jogo.

Este último, mais amplo, abrange falar o que se pensa e se tem coragem de dizer, respondendo pelo excesso nos termos da lei. Cada um sabe a dor e a delícia de dizer o que quer! O direito à informação é o que se aplica às biografias. O biógrafo se informa para contar o que julga ser verdade sobre o biografado. Se inventar, é ficção, não biografia. Importa discutir quem é o destinatário do direito contraposto. Quem deve ter preservada sua intimidade e em quais limites. Há três classificações: o agente público, o cidadão com notória exposição e o anônimo.

Julgamos ter o direito de saber como se porta o agente público no afã de exercer certo domínio psicológico e ideológico sobre ele, exigindo-lhe coerência entre sua vida e seu discurso. Isso não significa que precisamos saber suas impotências. O cidadão-celebridade ocupa um lugar no imaginário nacional, e o público tem o direito de saber sobre o que lhe deu notoriedade, seja ele um cantor, um ator, um jornalista. Fora dessa hipótese, o direito à intimidade desse cidadão deve ser mais preservado do que o do agente público.

Quanto ao anônimo, que não buscou ou não conseguiu notoriedade, pouco resta a dizer, pois não se vê no rol dos possíveis biografados e mantém preservado seu direito à intimidade, no mais amplo aspecto. Qualquer ponderação entre esses direitos (informação e intimidade) que lance a um plano menor a conquista fantástica que é a preservação da vida íntima, é mesquinha, injusta e reducionista. Pessoas sérias brincam com lugares-comuns tipo "afasta de mim este cale-se", ou "é proibido proibir". Emperram uma reflexão necessária. Muitos que clamam pelo direito à informação (traduzido em escrever e vender biografias) circunstancialmente defendem o respeito à intimidade, quando lhes convém.

Não existe direito absoluto, nem à informação, nem à intimidade. Nessa ponderação é que podemos testar o que molda o caráter e a têmpera de cada um. Sou contra qualquer hipótese de censura prévia. Quero, no entanto, poder recorrer ao Judiciário para reparar prejuízos, impedir danos, ou mesmo garantir o direito de informar e ser informado. Um exemplo ajuda a refletir. Imagine uma mulher que tenha sido sequestrada e submetida a sevícias sexuais. Libertada, e preso o seu algoz, ela leva no íntimo dois dramas: o flagelo de ter sido violentada e o medo feroz de ver exposta tal vilania. O sequestrador tem o direito de publicar os sórdidos detalhes, verdadeiros, desse horror? O direito à informação é absoluto? Se você concorda que seria um ultraje, mesmo sendo um caso extremo, me garante o direito de discutir o assunto.

Eu sou, e cada um é, dono da sua verdade e vontade. O Judiciário dará a palavra final caso a caso. Não é real, como se tem afirmado, que os defensores do direito à intimidade pretendem criar uma nova lei. Esse discurso não passa de marketing. O que se quer é garantir o livre exercício do direito à liberdade de expressão, de informação e também à intimidade, seja um agente público, uma celebridade ou um anônimo. Todos têm o direito de ser prepotentes e incoerentes, mas passionalidades exageradas cansam. Vamos ouvir e nos posicionar, mas com delicadeza e respeito. Lembro o querido Pessoa, na pessoa de Pessoa: "Arre, estou farto de semideuses"!

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO, o Kakay, 56, é advogado do cantor Roberto Carlos. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Outubro de 2013.

Liberdades comunicadas (CLÓVIS DE BARROS FILHO)



QUANDO falamos de Ética na comunicação, sobre as deliberações profissionais dos comunicadores, pressupomos que a liberdade é condição da reflexão moral, pelo menos na moralidade clássica. Aquela em que a conduta só pode ser objeto da moral quando for livremente deliberada. Essa é a perspectiva em que a moral e a coação se excluem, e, portanto, a liberdade seria uma espécie de pré-requisito para que a conduta de um comunicador tenha alguma relevância para a reflexão moral.

Dissemos também que a questão da liberdade pode ser entendida sobre um prisma da possibilidade de ser a origem da própria profissão, ou seja, a possibilidade de se discriminar radicalmente dos trabalhos mais disciplinados ou rotineiros: militares, pedreiros, motoristas, enfermeiros etc. Tomemos o exemplo do agente de telemarketing que nos liga para vender uma assinatura do jornal. Apesar de gozar da liberdade humana, em sua condição laboral ele não pode negociar os preços dos planos ou sugerir outros produtos que não estejam no roteiro enviado pelos seus supervisores. Para entendermos a liberdade de conduta do jornalista, precisamos levar em consideração os níveis de liberdade que se pode exercer.

As condenações morais que fazem os comunicadores são todas baseadas na possibilidade de agir diferentemente. Só é possível errar porque é possível não errar. Não seria possível cometer um deslize na esfera do inexorável, assim um jornalista não pode ser responsabilizado pelo problema de sinal da emissora ou por ter seu equipamento danificado por

grupos de vândalos no cumprimento de sua função de noticiar movimentos de protesto. Entretanto, podemos julgar a escolha dos entrevistados ou as perguntas formuladas por ele.

Para alguns comunicadores, parece insuportável ter a consciência de que quase todo o sucesso de uma comunicação se encontra na esfera do inexorável, e que tudo que um jornalista ou publicitário a rigor deliberaram se inscreve em condições afetivas e sociais apropriadas para o sucesso ou fracasso – fatores que seus talentos não podem controlar. Muitos teóricos da comunicação, presos ao discurso da onipotência da liberdade jornalística, tentam explicar os fenômenos comunicacionais por meio da teoria da escolha racional, que, no fundo, nada mais são do que pura consequência dos afetos, isto é, uma justificação racional de uma escolha. Quase sempre profissionais e acadêmicos do campo midiático buscam explicar fenômenos que, dentro de suas práticas e teorias, não fazem sentido – em comerciais virais, temas esdrúxulos ou movimentos sociais sobre transporte público que até o presente momento não tinham impacto social.

Em uma perspectiva materialista da teoria da comunicação capitaneada pelas correntes marxistas, tudo é como só poderia ser. Portanto, o homem está inscrito na mais estrita esfera do inexorável, junto com os fenômenos econômicos, ambientais e históricos. Porém, essa perspectiva teórica não é fatalista. Ao contrário, porque quando eu digo que nós agimos como só poderíamos agir em um determinado instante da existência, digo que o nosso corpo é afetado por causas que, naquele instante, o determinam, mas essas causas eu não poderia conhecer nenhum segundo antes.

Ou seja, o mundo determina o mundo dos comunicadores no instante presente em que ele existe. Nem um segundo antes, nem um segundo depois. É por isso que o materialismo é incompatível com o fatalismo. Trata-se de um determinismo não fatalista, pois o fatalismo considera que todas as ações “já estão escritas”, ou seja, que foram pensadas e praticadas para atender aos interesses escusos de grupos capitalistas. Para falar da liberdade no mundo social da comunicação, preciso destacar que essa é a perspectiva mais contemporânea de abordagem desse tema. Em outras palavras, ninguém cogita mais falar de liberdade fora da sociedade, porque só se fala da liberdade para o homem e este vive mesmo em sociedade.

O filósofo que melhor tratou desse tema foi Aristóteles, em *A Política*. Nesse livro, ele define o homem como sendo animal político dotado de *logos*. E essa definição merece um pouco mais de esclarecimento. O homem só é homem quando inscrito na polis. Claro que você, a contrário senso, pergunta: “E quando o homem não está inscrito na polis?”. Não é homem para a perspectiva aristotélica. É um animal como qualquer outro, porque o homem é político, é social, e, por isso, a sociedade é condição da humanidade, e não o contrário.

Dizíamos, então, que não é mais possível falar em liberdade de comunicação como sendo essa faculdade humana de deliberar viver em sociedade porque a sociedade preexiste, é condição, e, todas as vezes em que se fala em condição, você está falando em um impedimento para a liberdade. A liberdade é incompatível com uma condição, porque a condição justamente é aquilo que é necessário para que o homem exista. A sociedade é, portanto, a condição do homem, então, sendo condição do homem, evidentemente, restringe qualquer tipo de reflexão sobre a liberdade.

Mas o que os teóricos da Ética na comunicação estudam? O comportamento dos profissionais da mídia como sendo o daquele que, inscrito em certo universo social, age em função dos demais atores sociais. A liberdade do comunicador se apresenta dentro de um universo em relação com outros agentes sociais que também competem pela decisão daquilo que deve virar notícia.

CLÓVIS DE BARROS FILHO é Professor de Ética da ECA/USP e conferencista do Espaço Ética. www.espacoetica.com.br.
Revista FILOSOFIA, Outubro de 2013.

A polêmica das biografias (LUIZ GONZAGA BELLUZZO)

A liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: honra, privacidade etc.

A JORNALISTA Hildegard Angel fulminou no Twitter: “Num país em que a Justiça é caolha, não dá para liberar geral as biografias de bandeja pros grupos editoriais argentários”.

A controvérsia em torno das biografias é a prova provada da desditosa barafunda institucional que atormenta o Brasil. Nos códigos das sociedades modernas, aquelas que acolheram os princípios do Estado Democrático de Direito, a liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: a privacidade, a honra, o direito de resposta a ofensas e desqualificações lançadas publicamente contra a integridade moral dos indivíduos. Em 17 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmava: “O desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum”.

Em 2008, escrevi um artigo para celebrar os 60 anos da declaração. Naquela ocasião, percebi claramente que os fantasmas dos traumas nascidos das experiências totalitárias dos anos 1930 ainda assombram os homens, seus direitos e liberdades. Segundo a declaração, são consideradas intoleráveis as interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência – atenção! –, tampouco são toleráveis ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques. O cidadão (note o leitor, o cidadão) tem direito à liberdade de

opinião e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

É proibido proibir, assim como é garantido o direito de retrucar e processar. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, sugeriu a imposição de pesadas penas pecuniárias aos detratores "argentários" que se valem das inaceitáveis demoras da Justiça. No Brasil de hoje não impera a expressão livre das ideias, mas predomina o que Deleuze chamou de Poder das Potências. Já tratei aqui desse tema, mas vou insistir. Nos tempos da sociedade de massa e do aparato de comunicação abrigado na grande mídia, as Potências estão desinteressadas em sufocar a crítica ou as ideias desviantes. Não se ocupam mais dessa banalidade. Elas se dedicam a algo muito mais importante: fabricam os espaços da literatura, do econômico, do político, espaços completamente reacionários, pré-moldados e massacrantes. "É bem pior que uma censura", continua Deleuze, "pois a censura provoca eferescências subterrâneas, mas as Potências querem tornar isso impossível".

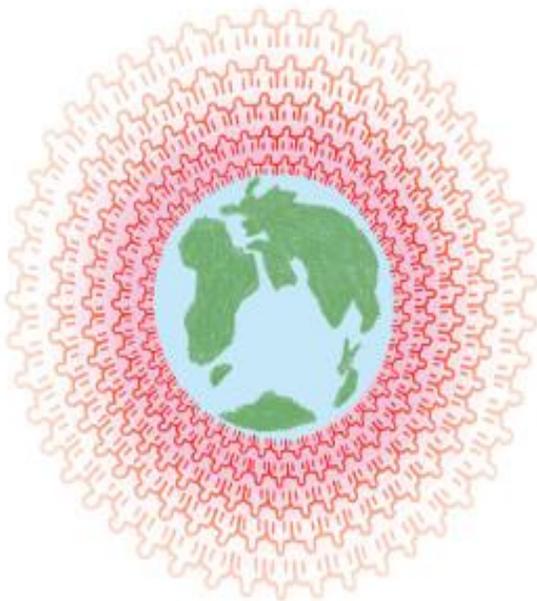
Nos espaços fabricados pelas Potências não é possível manter conversações, porque neles a norma não é a argumentação, mas o exercício da animosidade sob todos os seus disfarces, a prática desbragada da agressividade a propósito de tudo e de todos, presentes ou ausentes, amigos ou inimigos. Não se trata de compreender o outro, mas de vigiá-lo. "Estranho ideal policialesco, o de ser a má consciência de alguém", diz Deleuze. As redes sociais, onde as ideias e as opiniões deveriam trafegar livremente, se transformaram num espaço policialesco em que a crítica é substituída pela vigilância. A vigilância exige convicções esféricas, maciças, impenetráveis, perfeitas. A vigilância deve adquirir aquela solidez própria da turba enfurecida, disposta ao linchamento.

A Declaração dos Direitos Humanos, na esteira do pensamento liberal e progressista dos séculos XIX e XX, imaginou que a igualdade e a diferença seriam indissociáveis na sociedade moderna e deveriam subsistir reconciliadas, sob as leis de um Estado ético. Esse Estado permitiria ao cidadão preservar sua diferença em relação aos outros e, ao mesmo tempo, harmonizá-la entre si, manter a integridade do todo.

Mas as transformações econômicas das sociedades modernas suscitaram o bloqueio das tentativas de impor o Estado ético e reforçaram, na verdade, a fragmentação e o individualismo agressivo e "argentário". Assim, a "ética" contemporânea não é capaz de resistir à degradação das liberdades e sua transmutação em arma de vigilância e de assassinato de reputações.

LUIZ GONZAGA BELLUZZO escreve periodicamente para esta publicação. **Revista CARTA CAPITAL, Outubro de 2013.**

Para obrigar os Estados a cumprir sua palavra (MONIQUE CHEMILLIER-GENDREAU)



Repressão sangrenta no Egito e na Síria, espionagem generalizada dos EUA, esmagamento da oposição na China: são incontáveis os Estados que transgridem alegremente os princípios jurídicos que eles mesmos ratificaram nos tratados internacionais. É tempo de forçar a aplicação das regras recorrendo à arma do direito?

A PRIMAVERA Árabe, que alguns enterraram meio rápido demais, certamente não terminou de render seus frutos. Um dos mais surpreendentes e inesperados, dada a conjuntura, é o projeto de um tribunal constitucional internacional. A ideia nasceu do desgosto de Moncef Marzouki, atual presidente da República da Tunísia (até que instituições estáveis sejam estabelecidas no país pela Constituinte), diante dos impasses do direito internacional. Sob a ditadura de Zine al-Abidine ben Ali, ele viu uma sucessão de eleições se realizarem num contexto de fraude e terror, sem que os grandes textos internacionais que deveriam garantir as liberdades públicas e a democracia se mostrassem um recurso efetivo.

Na sociedade internacional, embora a democracia seja proclamada valor universal, não existem meios para obrigar sua aplicação. É por isso que agora precisamos recolocar a boa-fé no centro da política e obrigar os representantes dos Estados a agir de acordo com os compromissos assumidos.¹ Para isso, é necessário um

mecanismo legal que permita monitorar as disposições e práticas constitucionais dos Estados em relação às normas internacionais ligadas aos direitos humanos e às liberdades democráticas. Isso seria coerente com as numerosas constituições que afirmam a superioridade do direito internacional sobre o direito interno.

Se boa-fé significa alguma coisa, certamente implica que não podemos querer ao mesmo tempo uma coisa e seu oposto. Se os Estados aderiram majoritariamente às convenções internacionais que estabelecem, por exemplo, que “todo cidadão tem o direito de: a) tomar parte na direção dos assuntos públicos, seja diretamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos; [...] c) ter acesso, em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país”,² então as disposições constitucionais ou legislativas nacionais devem confirmar esse direito, e não constituir um obstáculo a ele. O mesmo vale para o direito de todos à “liberdade de pensamento, consciência e religião”. Com base nesse princípio, todas as religiões devem ser respeitadas, mas nenhuma deve ser imposta a ninguém.

Cultura da impunidade

Esquecendo que assumiram um compromisso ao ratificar esses textos, os Estados até agora os têm tratado como afirmações protocolares. E isso apesar da ampla adesão a tais pactos, que reúnem as democracias chamadas “populares” na época da Guerra Fria, alguns Estados mais preocupados com doutrinação religioso do que com liberdade e até claras ditaduras. Já os países ocidentais, tão orgulhosos de terem originado esses textos, veem aí mais uma vitrine para se passarem por virtuosos do que um verdadeiro compromisso, com consequências sobre suas políticas nacionais.

A degradação das condições nas quais se realizam eleições pelo mundo afora, sobretudo pela manipulação de resultados ou pelo financiamento de campanha questionável; a situação nas prisões, que é, no mundo todo, uma violação fundamental do princípio da dignidade humana; a maneira como são tratados os estrangeiros, muitas vezes com a violação dos princípios estabelecidos pelos textos ligados aos direitos humanos: tudo isso resulta de medidas constitucionais, legislativas ou regulamentares promulgadas pelos Estados, em uma impressionante ignorância dos tratados que eles próprios subscrevem.

O direito internacional não permite impedir essa situação. Isso está ligado à forte contradição sobre a qual foi construída a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), que obstruiu o florescimento de uma comunidade global fundada em valores. Por um lado, ela prega o desenvolvimento do direito internacional, mas, por outro, garante uma concepção de soberania que se opõe a qualquer avanço de um direito internacional universal. E, quando o direito internacional tenta se impor aos Estados soberanos, o faz timidamente, sabendo que estes têm a última palavra, de modo que a cultura da impunidade, assentada no princípio da imunidade, prospera no mundo inteiro. Nenhum órgão judiciário internacional está encarregado de fiscalizar a aplicação dos princípios democráticos pelos Estados. Os órgãos judiciários que existem não tratam precisamente disso e têm um alcance limitado.

O Tribunal Internacional de Justiça de Haia só entra em cena se os dois Estados envolvidos em uma disputa manifestarem seu acordo, e nada pode forçá-los a isso. O Tribunal Penal Internacional, visto como um grande avanço, encarrega-se somente de punir crimes internacionais e continua limitado pelo fato de países que estão entre os mais poderosos do mundo não terem aderido ao seu estatuto. Apenas o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos é uma instância obrigatória para os Estados, detendo o poder de condená-los por suas violações da Carta Europeia dos Direitos Humanos. Mas é um tribunal regional, de alcance geográfico limitado. Assim, desenha-se um vazio na arquitetura institucional do mundo. O projeto tunisiano vem bem a propósito para tapá-lo, em alguns aspectos.

A originalidade do tribunal proposto é que ele está centrado ao mesmo tempo nas liberdades civis – exatamente aquelas que são constitutivas da democracia – e nos direitos do homem, cuja garantia é por si mesma um princípio democrático. Portanto, a defesa da democracia é o coração do projeto. Os organismos internacionais existentes – eles próprios bem pouco democráticos – oferecem esforços bastante limitados para que os Estados respeitem mais as obrigações assumidas. O Conselho de Direitos Humanos, o Comitê de Direitos Humanos, sem esquecer os organismos regionais, não têm verdadeiros poderes jurisdicionais. Mas as normas resultantes dos Pactos das Nações Unidas ou outras convenções, como as que tratam dos direitos da criança ou dos migrantes, sem contar as inúmeras resoluções da ONU que estabelecem o princípio da legitimidade democrática e detalham as obrigações dos Estados para concretizá-la, constituem hoje uma verdadeira normatividade constitucional internacional. O tribunal concebido pelo projeto tunisiano tem o objetivo de colocá-la em prática.

Esse tribunal aplicaria as regras e os princípios relativos à democracia e às liberdades civis por meio de duas funções: consultiva e contenciosa. No plano consultivo, ele poderia ser interrogado por diversos atores que se inquietem ao ver desenhar-se uma situação contrária aos princípios democráticos: os próprios governos, organizações internacionais universais ou regionais, ONGs, partidos políticos, associações nacionais ou organizações profissionais. Todos poderiam, portanto, apresentar ao tribunal projetos de texto ou textos relacionados à democracia e aos direitos humanos. O tribunal daria um parecer fundamentado, avaliando se o texto apresentado está ou não de acordo com as regras e os princípios relativos à democracia e às liberdades civis.

No plano contencioso, o tribunal poderia ser acionado por indivíduos (com a condição de que tenham um apoio peticionário), órgãos plenários de organizações internacionais universais ou regionais e ONGs. Estes poderiam apresentar qualquer atentado grave (fatos ou atos jurídicos) aos princípios democráticos e às condições democráticas das eleições. O Estado em questão teria de acatar suas decisões de conformidade ou não conformidade.

Seriam 21 juízes – ou mais, se o sucesso do tribunal exigir. Para protegê-los da influência política dos Estados, eles seriam selecionados por meio de um processo com três etapas. Os Estados participariam da elaboração de uma primeira lista de candidatos, cada um indicando um nome. Esta seria submetida a um colegiado composto de juízes do Tribunal Internacional de Justiça e do Tribunal Penal Internacional, e de membros da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, ou seja, pessoas que têm, ao mesmo tempo, o melhor conhecimento do direito internacional e o melhor conhecimento do meio dos juristas internacionais. Esse colegiado selecionaria, com base na lista preestabelecida, 42 nomes entre os mais competentes e íntegros. Caberia, enfim, à Assembleia Geral da ONU escolher os 21 juízes dessa lista menor.

Sem ameaçar a soberania

Não há dúvida de que os descontentes invocarão diversos obstáculos. Certamente objetarão que já existe, de maneira variável, dependendo do país e das grandes regiões do mundo, recursos internos e regionais. Esse argumento não convence da inutilidade do novo tribunal, dado que até hoje nenhuma sanção jurisdicional das violações da normatividade constitucional internacional foi organizada. As uniões regionais (africana ou interamericana) previram sanções políticas (suspensão ou exclusão da organização), mas elas se limitam a golpes de Estado. A União Europeia vai mais longe: os artigos 2º e 7º do Tratado da União Europeia preveem sanções para a violação dos princípios democráticos em geral, e os acordos de associação com países terceiros comportam uma cláusula democrática cuja violação leva – pelo menos teoricamente – à suspensão do acordo. O projeto deverá, portanto, articular o novo mecanismo judiciário aos já existentes. É desnecessário dizer que o novo tribunal só será acionado depois de se esgotarem os recursos que o sistema interno do Estado em questão puder oferecer. Do mesmo modo, será preciso prever uma articulação com os procedimentos regionais, onde eles existirem.

Certamente virá à tona o argumento do necessário respeito à soberania dos Estados. Mas, na realidade, em muitos países onde os cidadãos são tentados por ideologias perigosamente nacionalistas, esquece-se esta verdade: o que mais pode protegê-los é o avanço bem controlado do direito internacional, não sua regressão. Especialmente porque, é preciso lembrar, se o direito internacional, afirmando-se, limita o campo da soberania, é esse mesmo direito internacional que produz um acordo entre as soberanias. Com o projeto de tribunal constitucional internacional, não há ameaça à soberania, apenas a exigência de que os compromissos soberanamente assumidos sejam respeitados.

A União Africana já aprovou uma resolução em apoio a esse projeto. Ele será apresentado à Assembleia Geral da ONU ainda em 2013. Os cidadãos do mundo preocupados em fazer a democracia realmente avançar têm uma grande responsabilidade: obter tanto o apoio da chamada “sociedade civil” como o das instâncias nacionais e dos partidos políticos preocupados com avanços reais da democracia. Aos Estados não restará outra opção a não ser adotá-lo, ou então exibir, sem o menor pudor, sua opção pela má-fé.

1 Artigo 26 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 29 de maio de 1969: “Pacta sunt servanda [As convenções devem ser respeitadas]. Qualquer tratado em vigor estabelece um laço entre as partes e por elas deve ser cumprido de boa-fé”. Embora tenha sido ratificada por 113 países, considera-se que essa convenção codifica regras costumeiras, que têm, portanto, valor normativo até para aqueles que não aderiram formalmente a ela.

2 Artigo 25 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos da Organização das Nações Unidas (ONU).

MONIQUE CHEMILLIER-GENDREAU é professora de direito internacional na Unversidade Paris VII - Denis Diderot. Ilustração: Laura Teixeira. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE, Outubro de 2013.**

Lucas Rocha